



CRIMES COMETIDOS COM "GANÂNCIA PURA"

MP pede penas pesadas para associação criminosa e branqueamento de capitais do gang do multibanco

Durante dois anos o gang explodiu caixas multibanco nos distritos de Setúbal e Lisboa e colocou em risco dezenas de vidas

Ana Martins Ventura (Texto)
Alex Gaspar (Fotografia)

O Ministério Público (MP) está a requer penas, que podem chegar a 16 anos de prisão efectiva, para quatro dos 26 arguidos, que integram o processo do gang do multibanco e, entre 2016 e 2017, assaltaram dezenas de caixas multibanco (ATM), nos distritos de Setúbal e Lisboa. Durante esse período, com recurso a explosões, o gang subtraiu mais de 500 mil euros ao Banco BPI, Caixa de Crédito Agrícola, Banco Comercial Português, Santander Totta e BIC.

Na segunda audiência de alegações, que decorreu ontem no auditório do Fórum Municipal Luísa Todi, o Ministério Público apresentou acusações de associação criminosa comprovada pelos "laços de disciplina" que os arguidos mantiveram para a concretização dos actos; branqueamento de capitais, tendo por base depósitos de notas marcadas com vestígios de fuligem e tinta de segurança, seguidos de levantamentos; e ofensas graves contra a integridade física. Para o crime de associação criminosa foram pedidas penas de 12 anos e para o crime de branqueamento de capitais penas de quatro anos.

Aquando da apresentação dos factos a procuradora do MP classificou o actos cometidos por Ruben Melo, Bruno Nascimento, Bruno Urbano e Paulo Alves, como "ganância pura, sem olhar a meios", referindo, inclusive, "a expressão alheia de Paulo Alves, demonstrada em audiências anteriores, perante o sofrimento causado a vários lesados".

A procuradora do MP referiu ainda que os assaltos às ATM foram planeados, alegando com a compra de equipamentos como "baterias, ca-



Fórum Municipal Luísa Todi tem estado pontualmente transformado em tribunal, com grande aparato de viaturas prisionais e policiais

bos eléctricos, mangueiras, botijas de poliuretano" e "armas de fogo", assim como veículos de alta cilindrada, "cujas matrículas foram alteradas" e dentro dos quais foram encontrados "estilhaços provenientes das explo-

sões das ATM". Material que veio a ser apreendido pela Polícia Judiciária no decorrer das investigações, em 2017.

Estes arguidos terão ainda "influenciado" familiares e amigos próximos,

com carências económicas, "para que os mesmos participassem da rede e cometessem crimes no seguimento dos assaltos", ajudando a passar adiante "dinheiro e tabaco". Arguidos que também integram o processo e para os quais foram pedidas "penas suspensas", por "admitirem os actos cometidos e demonstrarem arrependimento".

Já a defesa apontou falhas na "recolha e catalogação daquilo que a Polícia Judiciária apresentou como prova", identificando "desorganização" num processo "onde se quis incluir tudo que se apanhou". Foram inclusive referidas notas marcadas com tinta, "cujos números de série não constam no processo".

O caso da Rua das Flores

Na madrugada do dia 1 de Abril de 2016, 23 pessoas ficaram desalojadas na Rua das Flores, na localidade de Paivas, concelho do Seixal, após este

gang explodir a ATM afecta a uma loja da seguradora Fidelidade. "Um acto que causou graves danos na estrutura do prédio e risco para a integridade física dos seus habitantes", referiu o advogado João Salazar, que representa a Câmara Municipal do Seixal, que integra o processo enquanto entidade lesada.

"Quase deitaram abaixo o prédio deixando marcas profundas na vida dos seus residentes até hoje", referiu. "Para além dos danos também causados nos prédios contíguos e em dezenas de veículos, estacionados nas imediações". Estragos avaliados em 300 mil euros, "a troco dos 6 650,00 Euros que a ATM tinha".

João Salazar referiu ainda os prejuízos causados ao município que "ainda hoje está a liquidar mais de 200 mil euros, resultantes de recuperações que foram necessárias na via e de despesas relacionadas com policiamento e outros apoios operacionais".

Covid-19 Fórum Municipal Luísa palco de grande julgamento

O auditório do Fórum Municipal Luísa Todi está a receber, excepcionalmente, e pela primeira vez na sua história, um julgamento.

Com dez arguidos presentes, 13 agentes da autoridade, entre PSP e Guarda Prisional, um colectivo de juizes, dezenas de advogados e público o Tribunal de Setúbal teve de realizar as audiências num espaço que

garantisse as devidas distâncias de segurança, ao abrigo do Plano de Contingência para a Covid-19.

No auditório a PSP fez cumprir a utilização de máscaras pelo público, advogados e arguidos, durante um julgamento que, segundo o Ministério Público, é "único na região, pela dimensão do caso e número de arguidos envolvidos".